

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

ARQUITETURA E(M) CRISE

SESSÃO TEMÁTICA: ARQUITETURA (E) ÉTICA.

Guilherme Zamboni Ferreira
PROPAR-UFRGS
zfarquitetura@gmail.com

Julian Grub
PROPAR-UFRGS
julian.grub@gmail.com

Lívia Fernanda Ribeiro Nunes
PROPAR-UFRGS
liviafernandarn@yahoo.com.br

Marcelo Oliveira Damasceno
PROPAR-UFRGS
marcelo@trinca.co

ARQUITETURA E(M) CRISE

RESUMO

A situação política, cultural e social que eclode o atual estado de crise nos conduz a mais um momento histórico em que se torna necessário repensar criticamente o papel de arquitetos na sociedade. O questionamento sobre como colocar a profissão a serviço de mudanças sociais, frente ao desajuste do mundo, traz implícito a revisão de como a produção de arquitetos e urbanistas vem sendo conduzida, bem como sua atuação no estímulo as relações humanas e coletivas das cidades. Se por um lado, desde os tratados renascentistas até os pioneiros autores do paradigma moderno, a profissão de arquiteto e urbanista ofereceu suporte técnico às múltiplas necessidades de espacialização, contribuindo ao desenvolvimento da sociedade, por outro, submeteu cidades e habitações às estruturas hegemônicas e sua ideologia dominante. As operações imobiliárias, os espaços uni-funcionais, restritos e estratificados, os resíduos urbanos, os espaços infraestruturais, o déficit habitacional, entre outros, tornaram (e tornam) necessário o aparecimento de profissionais cuja consciência coletiva extrapole os limites impostos pelo senso comum. Manifestando-se na busca por uma emancipação em relação ao sistema estabelecido, contra as ordens da "cidade sedentária" e através de uma atitude ou uma inquietação que vislumbra na ética do *faça você mesmo* uma vontade, encaminha-se ao surgimento de arquitetos em movimento, descrente de um futuro "prometido". Sendo assim, este texto tem por objetivo questionar, sob três diferentes óticas, como a da alteridade, da violência e da utopia, a forma como a profissão de arquiteto e urbanista vem sendo conduzida na contemporaneidade, bem como a própria necessidade de sua existência.

Palavras-chave: Prática profissiona1. Ética 2. Hospitalidade 3.

PAPER TITLE

ABSTRACT

The political, cultural and social situation that breaks the current state of crisis leads to another historical moment in which it is necessary to critically rethink the role of architects in society. The question on how to put the profession in the service of social change, against the misfit in the world, brings implicit review of how the production of architects and urban planners has been conducted, as well as his role in stimulating the human and collective relations of the cities. On the one hand, from the Renaissance treated to the pioneering authors of the modern paradigm, the architectural profession and urbanist provided technical support to the multiple needs of spatial distribution, contributing to the development of society on the other, submitted cities and homes to hegemonic structures and its dominant ideology. The real estate operations, the spaces uni-functional, restricted and stratified, urban waste, infrastructure spaces, the housing deficit, among others, have made (and make) needed the appearance of professionals whose collective consciousness go beyond the limits imposed by common sense. manifesting itself in the quest for emancipation from the established system, against the orders of "sedentary city" and by an attitude or a restlessness that sees in ethics make yourself a will, is heading to the emergence of movement architects, disbelieving a future "promised." Thus, this paper aims to question, from three different perspectives, such as the otherness, violence and utopia, how the architecture profession and urban planner has been conducted in the contemporary and the very necessity of its existence.

Keywords: Professional practice 1. Ethic 2. Hospitality 3.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade está em crise. Arquitetura, por sua vez, ao manter estreitas ligações entre seu desenvolvimento e o processo histórico, de modo análogo, também encontra-se em situação de crise. Descrito pelo filósofo Jacques Derrida como um quadro de desarmonia, desalinhamento e desencaixe do mundo (DERRIDA, 1994), este momento de colapso político, cultural e social, por inúmeras vezes incidiu na história brasileira, modificando o modo de construção da existência e, de maneira equivalente, do fazer arquitetônico. Fruto do acirramento das contradições do sistema capitalista, a crise, entendida neste artigo a partir do conflito entre alteridade e individualismo, possui na cidade o *(não) lugar* onde arquitetos¹ e urbanistas atuam, onde o contrassenso se estabelece e a violência manifesta-se. Na cidade, cenário das complexas interações da vida cotidiana, onde os invisíveis, os esquecidos, os antepassados e os anônimos não tem vez, os espaços apresentam-se cada vez mais homogêneos e segregacionistas, conduzindo a um porvir em que a renovação e reorganização da sociedade, bem como das múltiplas espacialidades, tornam-se imprescindíveis mediante comprometida reflexão e atuação. Neste momento em que o *mundo vai mal* e *está fora dos eixos* o ato crítico e de questionamento somado a esperança de dias melhores surgem como estratégia para aprender *a viver de outro modo* e *a viver mais justamente* (DERRIDA, 1994).

Ao evidenciar os problemas sociais e do *habitar*, cujo significado está além do *habitat*, do morar enquanto função, proteção e abrigo, definindo-se no sentido de vida urbana e direito político de usufruir da cidade (LEFEBVRE, 2001), a crise coloca à sociedade, de forma urgente, a existência de arquiteturas que busquem interpretar as necessidades e os interesses da sociedade. Isto é, a elaboração de novos programas arquitetônicos e estruturas urbanas que sejam efetivamente éticas. Favorecidos pelo renascimento da utopia, entendida como esperança em conformar cidades mais justas e igualitárias, neste momento em que o colapso surge como oportunidade de mudança, faz-se necessário e

¹ Neste ensaio, optou-se por desconstruir com a identidade de gênero da palavra “arquiteto”, comumente associada ao “masculino”. Para tal, sempre que possível, foram retirados os artigos precedentes a palavra, cuja intenção não é de indefinir o gênero, mas dar liberdade ao leitor para afirmar a identidade.

urgente o repensar crítico de inúmeros profissionais, entre os quais, arquitetos e urbanistas, sobre o papel desempenhado na sociedade.

Dessa forma, o entendimento de arquitetos e urbanistas como agentes transformadores da vida cotidiana, profissionais responsáveis por uma expressão da cultura nacional e detentores de conhecimentos sobre a organização do ambiente, torna inevitável que a (re)visão da produção arquitetônica e urbanística seja praticada sob viés de ações sociais e humanas. Gesto que implicaria a estes profissionais um novo pensar e, principalmente, o desenvolvimento de um agir ético e urbano. Portanto, a reflexão sobre como colocar a profissão a serviço de mudanças, frente ao desajuste do mundo, surge neste artigo como estratégia à indagação: qual o papel de arquitetos e urbanistas na sociedade?

Compreendendo arquitetura como instrumento de modificação e atuação na existência, ativada pela esperança, enquanto princípio utópico, capaz de induzir a sociedade ao movimento, isto é, a repensar e transformar suas espacialidades; considerando a descoberta do *fazer urbano* como a ação do homem comum que constrói a cidade dia-a-dia, em ato que diferencia-se do planejar técnico por ser capaz de vislumbrar o acolhimento em lugares considerados inóspitos pelo senso comum; e pela ética do *faça você mesmo*, que introduz a intuição, a qualidade do que é do outro, o diferente, fora dos padrões criados e reproduzidos, propomos questionar: de que forma arquitetura, como dispositivo de respostas urbanas, pode facilitar e até mesmo tensionar as relações humanas e coletivas das cidades?

Numa sociedade em crise, os profissionais com engajado papel da reformulação do pensamento arquitetônico e cuja consciência coletiva extrapola os limites impostos pelo senso comum, o outro, o coletivo, a hospitalidade e o acolhimento tornam-se os fundamentos à construção de uma nova realidade. O próprio ensaio, uma vez refletido a partir de quatro visões distintas, tem em seu princípio a diferença na igualdade, nos encaminhando ao exercício do acolhimento; o pensar a partir do outro, permitindo ao artigo ser ético em sua própria formulação, uma vez que os princípios são dinâmicos e constroem-se passo a passo e no encontro. É a colagem, que através dos fragmentos busca unir as partes formando um todo, cujo elemento de união é o próprio questionamento e a insatisfação profissional. É o ENCONTRO a qual Fernando Fuão define como fase e/ou

relação em que se rejunta, aproxima e justapõe figuras, seres, objetos, corpos *com outras distintas de seu contexto original para que surja uma nova significação* (FUÃO, 2014). É a coexistência de quatro ideias, quatro tempos, quatro seres em um mesmo espaço e com uma mesma busca, entender o papel social de arquitetos e urbanistas como figuras, seres, objetos, corpos capazes de contribuir a conformação de espaços de acolhimento, onde o *Direito à Cidade* possa ser entendido como direito a acolher e a ser acolhido.

2. AS FORMAS DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

É comum nos depararmos em noticiários sobre as violências da fome, divisão de classes, divisão racial, desemprego, os vários tipos de pobreza, as múltiplas faces do crime e a brutalidade policial, tendo como *lócus* os espaços urbanos. A cidade é o cenário de disputas econômicas e sociais entre diversos grupos (uns mais fragilizados do que outros), lugar em que diferentes discursos sobre como construir espacialidades se confrontam, ganhando corpo tanto em uma dimensão discursiva quanto material. A violência, ao caracterizar-se a partir de termos que se enquadram em um comportamento humano, manifesta-se na ideia civilizadora das cidades, onde o Outro – o não-ser do sistema – é configurado como simples exterioridade oprimida. Nesses espaços os projetos arquitetônicos e urbanísticos², com seu caráter modernizador, contribuem ao aperfeiçoamento das estratégias de controle e exclusão, estando diretamente envolvidas nos processos violentos de dominação e exploração. Seja na negação sistemática dos direitos de cidadania e/ou nos discursos higienistas para justificar a segregação nas cidades, estas pretensões de validade lógico-normativas podem e devem ser argumentativamente desconstruídas, expostas, debatidas e revisadas.

O princípio da violência a qual se fala, não é, em si, nem bom nem mau, ele é uma característica do comportamento humano. A não-violência, por sua vez, pode também ser

² Consideramos aqui a arquitetura e o urbanismo como produção espacial relacionais e interdependentes, já que planejamento e projeto urbanos, na realidade, são arquitetura em grande escala.

considerada um ato de violência, contra si mesmo; comportamento este que invade a autonomia, a integridade física ou psicológica e, até mesmo, a vida de outro. Em arquitetura, a violência não deve ser compreendida como algo abominável, mas como uma situação a ser considerada no ato de propor transformações espaciais, não contribuindo, assim, a perpetuação do problema.

Confinar, disciplinar, segregar, normatizar, negar e punir são algumas das ações reprodutoras das relações de poder marcadas pela violência e com nítidos reflexos na sociedade e nas cidades. Refletir sobre a violência em âmbitos arquitetônicos abre uma visão para compreender como as relações sociais e políticas desenvolvem-se no ambiente humano construído.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek afirma que as irracionais expressões de violência no mundo contemporâneo são a consequência de um sistema político e econômico dominante, sustentado por uma violência oculta e invisível. Em seu livro *Violência: seis reflexões laterais*, o autor propõe distanciar-nos das vítimas com a finalidade de obter um olhar objetivo a partir de três concepções distintas da violência: subjetiva, objetiva e sistêmica. A *violência subjetiva é exercida por um agente claramente identificável* que nos perturba de forma direta nos mais visíveis e tangíveis atos; a *violência objetiva*, ao contrário, é invisível, psicológica e pode ser materializada em expressões de racismo, machismo, homofobia e tantas outras situações naturalizadas nos discursos da cultura dominante; a *violência sistêmica* fundamenta-se a partir dos efeitos catastróficos e negligentes dos sistemas políticos e econômicos e resultam nas injustiças e desigualdades que assolam nossa sociedade (ŽIŽEK, 2014).

Baseando-se nesta categorização de Žižek é possível afirmar que as três formas de violência podem atuar em arquitetura e no seu discurso. Arquitetura, entendida como produto de condições sociais, políticas e econômicas ou, como disse Mies van der Rohe, “a *vontade da época traduzida em espaço*, é também utilizada como meio de opressão, dominação, obediência e coerção. É importante refletir como a crítica (de “crisis”: ruptura com afastamento de) do papel da arquitetura influi nos processos contemporâneos de tecnologias de sujeição e controle espacial da sociedade. Compreender a violência a partir de arquitetura/urbanismo altera a avaliação sobre o contexto histórico das relações sociais

espaciais, permitindo-nos visualizar a essência dos conflitos, caracterizados pelos inúmeros e, às vezes, sutis processos de exclusão.

A ONG mexicana *Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal* tem revelado um novo mapa da violência no mundo. A organização tem se encarregado de levantar informações de diferentes fontes nacionais e internacionais com a finalidade de classificar a violência nas cidades a partir do número de homicídios por cada 100.000 habitantes, assim como atualizar a lista das 50 cidades mais violentas do mundo. Segundo sua última atualização, das 50 cidades, 41 estão localizadas na América Latina. É claro que existem algumas consistências em jogo aqui. A ideia de direitos dos cidadãos põe em evidência o véu institucional, um apagamento desta reflexão sob a égide do discurso empresarial e amparado por uma economia do medo, construído por diferentes cidades e países ante aos conflitos armados, conflitos que os meios de comunicação e os informes dos governantes retratam como simples conflitos entre delinquentes.

A violência infligida na cidade por meio de arquiteturas demiúrgicas também se dá pelo ordenamento social, como por exemplo sistemas de reticulação, instituições e dispositivos de segregação. O zoneamento é configurado através da segregação rígida do uso da terra e dos grupos de renda, bem como para analisar onde os investimentos públicos serão destinados. Ele separa cuidadosamente as áreas para comprar, trabalhar, divertir, conhecer outras pessoas, os bairros de alta renda, bairros de renda média e os guetos para os pobres, criando um sistema de castas mais rígido do que qualquer um dos que predominaram na Índia. Pensar arquitetura a partir do cruzamento da política, conflitos e direitos humanos é urgente e situa a violência, qualquer que seja sua intenção ou comportamento, como ponto de importante reflexão sobre a crise do papel de arquiteto na cidade. Questão que se torna mais evidente ao se perceber os projetos como elementos de segregação e exclusão urbana.

3. ESPERANÇA: O PRINCÍPIO UTÓPICO DO FAZER

O filósofo Jacques Derrida, ao refletir sobre o tempo então presente, o qual nomeia por *the time* [o agora, a nossa época, o nosso tempo], se apodera da fala de Hamlet para explicitar o desgaste do mundo. Na frase *the time is out of joint*, isto é, o tempo está fora dos eixos, a disjunção do tempo é utilizada como estratégia a superação dos males, do desajuste, da injustiça e do desregulamento do mundo (DERRIDA, 1994). Compreendendo o *the time* como o momento em que se está presente e no qual se atua; instante que não partilha o seu próprio tempo e é responsável pela separação entre o passado e o futuro, isto é, como uma ruptura em uma sucessão de “agoras”, a obra de William Shakespeare é retomada por Derrida com a finalidade de explicitar a momentaneidade do desgaste do mundo, apontando, assim, a possibilidade de um novo futuro.

Assim como Derrida, a dialética entre o passado e o futuro é utilizada pelo filósofo Ernst Bloch para explicitar o momento presente como possibilidade de atuação e, conseqüente, mudança do porvir. Através da Utopia - princípio cuja origem reside nas contradições da sociedade, que alimenta a esperança presente nos sonhos diurnos e conduz os seres humanos a esperarem por uma vida melhor – a humanidade seria capaz de intervir, de forma crítica, na existência, construindo um caminho na direção do porvir que tanto almeja. Esta utopia tratada por Bloch, muito se diferencia dos utopistas do Renascimento e dos socialistas utópicos, não se fundamentando na construção de um futuro com base na ideia e na passividade. Ao contrário, carrega em seus princípios a militância e o engajamento em mudanças concretas, sendo a esperança por ele proposta, ágil, ativa, colocando a sociedade a atuar, no momento presente, na busca de um novo futuro (BLOCH, 2005).

Tanto Derrida, ao pronunciar a frase *the time is out of joint* e denunciar os males do mundo, quanto Bloch, ao estabelecer a origem da utopia nas carências humanas, mesmo que de forma não declarada, situam a cidade, (*não*) lugar das contradições e das disputas entre grupos, como cenário onde a crise se estabelece; lugar onde a violência, manifesta através dos espaços do anonimato, se afirma e onde os esquecidos não tem vez. *Topos* de territórios não planejados, descaracterizados e impessoais, mas que se apresentam a certos arquitetos e urbanistas como lugares de aprendizagem e de experimentação, agindo como ativadores, através da esperança, do (re)pensar profissional. O reconhecimento por parte de arquitetos e urbanistas de que o momento então presente está *fora dos eixos, desalinhado, desajeitado*, mas que poderia ser melhor, encontra na *esperança* - princípio associado a ideia do *fazer agora* – estratégia para atuar no *the time*, alcançar uma atuação

profissional mais ética e, conseqüentemente, uma existência mais justa. Através do questionamento a ideia de passividade comum a vida cotidiana, da esperança de um novo *fazer urbano* e a busca pelo *território-devir*, estes profissionais, cuja atuação se modifica ao acompanhar o desenvolvimento histórico, mais uma vez, colocam como necessidade o repensar crítico sobre o papel desempenhado.

A tentativa em acompanhar o progresso, quer através das técnicas utilizadas ou da reformulação do desempenho profissional, esteve presente na história, oferecendo, em cada ocasião, diferente atuação frente às múltiplas exigências de espacialização. No Brasil, por exemplo, essas mudanças ora se efetivaram em decorrência de oferta de trabalho no mercado e ora pela expectativa em conformar uma sociedade diferente, frente ao desajuste do mundo, exigindo ao profissional transformações no entendimento de seu ofício e, conseqüentemente, em sua conduta. Se da antiguidade a Renascença arquitetos possuíam formação artesanal e suas atribuições estiveram voltadas a construção de quase todos os elementos feitos pelo homem; na modernidade, a função de organizador dos espaços da vida permaneceu enquanto discurso e desejo, limitando-se, na maioria dos casos, a atuação enquanto desenhista a serviço do especulador imobiliário. Desvinculado da interpretação do programa que, a partir de uma visão progressista, mostrava-se como essencial a tradução das necessidades e aspirações humanas, arquitetos apenas operaram em parte do papel que deveriam e/ou poderiam desempenhar.

Segundo a historiadora e crítica de arte Aracy Amaral, três foram os momentos na história do país, entre os anos 30 a 70 (1930-1935/1945-1956/década 1960), em que os conflitos sociais evidenciaram um perfil profissional sensível às necessidades coletivas, atentos às transformações e crises, além de comprometido ao enfrentamento dos problemas brasileiros. Foi comum aos três períodos o questionamento por parte dos profissionais ligados a arte, entre os quais arquitetos, sobre a função social presente em sua produção (AMARAL, 2003). Através da esperança, ativada pela utopia, em conformar um mundo melhor, o momento presente e em crise era visto por parte de arquitetos como possibilidade de atuação. Se pretendia modificar “o hoje”, o momento em que se está vivendo, o *the time* de Hamlet e Derrida, para que o porvir fosse diferente. A expectativa colocava arquitetos, ao lado da sociedade, em movimento e em busca de uma atuação profissional contrária ao estabelecido pelo senso comum.

Assim como os três períodos mencionados, vivenciamos mais um momento em que as precárias condições de vida, como a falta de habitação e o urbanismo excludente, importantes causas de conflitos sociais, surgem como fatores de valorização do gesto reflexivo. Questionamento e crítica são colocados como itens essenciais ao ato de repensar a sociedade e a maneira como arquitetos e urbanistas conduzem sua profissão. A reavaliação do que foi produzido e o autoquestionamento sobre como colocar a profissão a serviço das mudanças na sociedade tornam-se, assim como a existência de uma arquitetura efetivamente ética, necessidades mais imediatas. A atuação no momento presente, ativada pela utopia, torna-se o princípio de transformação da realidade e o acesso à concretização dos desejos. Logo, se para Derrida o *the time*, momento em que se está presente, conforma-se como ruptura do tempo, os *(não) lugares* da homogeneidade e da segregação também são percebidos neste artigo como elementos de ruptura. Estes são uma dobra ao sistema hegemônico que, ao serem identificados pela sociedade tornam-se capazes de quebrar com os discursos de violência, levando a uma possível ressignificação de seu conceito. A possibilidade de transformação desses espaços, conformando ali uma ética urbana, coloca arquitetos e urbanistas como parte de um corpo social complexo e múltiplo, na qual seu ofício passa a ser questionado. Neste contexto, impulsionado pela imagem de arquitetos e urbanistas como profissionais da verdade, isolados e deslocados do contexto social; especialistas motivados por fatores econômicos e pela superficialidade da imagem, transformando a arquitetura e a cidade em produto de venda; colocamos como desafio refletir o atual papel de arquitetos e urbanistas, bem como o propósito das múltiplas espacialidades na cidade, mediante ruptura. Seja a ruptura do tempo, que encontra na esperança a motivação para o fazer agora, ou dos espaços anônimos, que nos colocam a refletir as necessidades e interesses do homem comum. Dessa forma, este ensaio procura, além do repensar profissional, exemplos de arquiteturas representativas da vida urbana, em que o homem comum manifesta-se como ser produtivo na sua livre vontade de efetuação.

4. OS LUGARES E AS FORMAS DO FAZER

Estamos em busca do fazer, um fazer já. Queremos entender e aprender através de nossas próprias experiências (de nossas próprias mãos); em que a reflexão sobre a ideia ou a ação do fazer pelas mãos, retoma a preocupação das pequenas coisas, dos pequenos ofícios, das coisas da rua, efetivamente vividas, percebidas e experienciadas. Impulsionados pelas ideias de uma ética arquitetônica e de um fazer urbano, o ensaio faz uma busca por lugares e, principalmente, pelos agentes do fazer (d)a cidade. Espaços como, por exemplo, baixios de viadutos podem ser entendidos como resíduos urbanos, mas também representar um possível lugar do fazer; lugar onde o corpo social abandonado, excluído, transforma estes 'não lugares' em expressão de alteridade, em puro espaço de acolhimento pelo gesto que se faz no ato de transformar em seu o próprio mundo.

Espaços resíduo ou vazios urbanos formados por pontes, viadutos, passarelas, estações metroviárias, tuneis e escadarias caracterizam-se como territórios apagados, marginalizados, resquício de um planejamento-fragmento voltado a força da economia e de uma política de controle e segmentação. Por outro, é puro *território-devir*, território em constante construção, num discurso onde apenas a utopia da liberdade, manifesta-se na ideia do *fazer agora* pelas pessoas que nela vivem - o pequeno ambulante, o fruteiro, o catador, o engraxate, o artesão, o músico, todos são agentes de efetiva transformação e representantes do instante do fazer, onde o espaço-de-tempo torna-se apenas presente.

Aproximando-se a Lefebvre o ensaio avança em direção a uma abertura ética e de liberdade manifestada pelo gesto do *fazer agora*, através da ocupação do homem comum nos espaços marginais da cidade. Deslocando a ideia de espaço uni-funcional, restrito, hierárquico e estratificado, para espaços de acontecimentos, lugar de alteridade, (des)construídas e resignificadas pelo simples desejo de efetuação de quem as usa, na expectativa de uma confirmação, de um porvir e de uma apropriação necessária à sua existência pelo fazer do instante que o preenche. Mais que resíduos espaciais gerados, são territórios de efetuação e lugares representantes de maneiras do fazer *com as mãos*, ativados pelos diversos sujeitos que exercem as diversas formas nas suas multiplicidades de manifestações neles incorporados (LEFEBVRE, 2006).

Esses representantes do fazer já foram lembrados em outros momentos, como nos anos de 1960, por exemplo. É o caso do *bricoleur* de Lévi-Straus, personagem em que o *fazer com as mãos* representa um processo contínuo de erros e acertos, onde escapam e

adaptam-se as diversas circunstâncias, ou seja, não existe fim, somente meios. Portanto, o *bricoleur* trabalha com o que tem à mão (com o que tem disponível). A regra do seu jogo é arranjar-se com os “meios-limites”, esses mesmos meios que ele trata de resignificar ou de libertar das amarras restritivas impostas pelos signos das funções primeiras. O *bricoleur*, nesse processo, responde como as mãos do artesão: age em outro tempo, mais lento, retrospectivo, de ritmo próprio, já que “faz e refaz seu inventário” inúmeras vezes, se for preciso, para aí encontrar os caminhos possíveis dentro das limitações contidas nas partes, nos resíduos que ele se dispõe a guardar e reorganizar, mas sem tentar antecipar respostas. Opera no presente através do fazer, estabelece uma espécie diálogo entre seu conjunto instrumental, as experiências vividas e a natureza. (LÉVI-STRAUSS, 1989).

Assim como o *bricoleur* de Lévi-Straus, queremos refazer e encontrar as práticas urbanas (mais humanas) da vida cotidiana, através da vontade manifestada pelo fazer agora, representada pela mão do homem comum. E para fazer agora, talvez seja preciso vasculhar nossas memórias, nossas experiências passadas, não para simplesmente copiá-las, mas para testá-las efetivamente. Senti-las para poder ter a capacidade de refletir a partir do momento da ação do fazer. Portanto, pretende-se aqui, repensar as teorias da prática, como já fez Richard Sennett em *O Artífice* ou Luigi Pareyson em *a Teoria da Formatividade*.

Para Pareyson: *Formar significa aqui fazer inventando ao mesmo tempo o modo de fazer, ou seja, realizar só procedendo por ensaio em direção ao resultado e produzindo obras que são formas*. Ou seja, Pareyson nos explica que este fazer é um ato ético e significa criar leis próprias para cada obra que vão sendo construídas pelo indivíduo a partir do momento da ação que vai de encontro a uma harmonia das partes envolvidas. Lei esta que é processo e resultado ao mesmo tempo, diferentemente do formalismo que o próprio termo *formatividade* pode sugerir.

Esse fazer, que pode ser também um fazer sem pedir ajuda aos especialistas, ou um fazer sem pedir licença as autoridades, como já fizeram os punks, os hippies e os anarquistas, lembremos de sua atitude: *do it yourself*, faça você mesmo. A ética adotada por essa subcultura marginal, desses artistas e ativistas tratava de uma vontade de fazer já, aqui e agora, traduzia seu espírito anti-capitalista e sua rejeição à cultura do consumo, buscava

emancipação em relação a hegemonia do poder econômico e ao mesmo tempo, uma forma de existência à margem de um sistema.

Pretende-se aqui, evidenciar o papel dos personagens que se fazem no segredo da cidade, segredo como sinônimo de solidão, daqueles que não respondem, dos isolados. Como diz Derrida (1995), devemos aprender com aqueles que vivem no segredo, pois eles são um chamado a vida. Eles, os catadores, os pequenos artesões, os ambulantes são o próprio rastro da cidade pelo poder do fazer do instante. Precisamos, como coloca Derrida (1995) iniciar pelo outro lado, buscar um desfazer dos polos, suscitar suas 'mentiras' em novos termos e significados pela palavra que desfaz; queremos aprender a 'falsidade' do fato, buscar por lugares que não são, lugares que não existem. Então, neste contexto, devemos ir além e aprender com os invisíveis que as ocupam, devemos procurar os esquecidos, personagens singulares do cotidiano em que me faço nesse ensaio, arquiteto-e-aprendiz.

A ação em direção a livre criação, produção, venda, distribuição e divulgação de seus próprios trabalhos é retomada nesse ensaio pelos atores informais, que ocupam os espaços marginais das cidades. Sua ética, a partir da ação do fazer, é construída passo a passo, constituída de atitudes e de necessidades movidas pelo desejo que o faz agir no tempo presente. Impulsionadas pelas ideias do fazer pela mão do homem comum, catadores e ambulantes transformam-se em expressão de uma ética mais social, abrindo a discussão e o pensar sobre a importância do papel social de arquitetos em direção a uma ética urbana impulsionadas pelo homem comum.

Lembrar o *faça-você-mesmo* hoje sugere repensar as marginalizadas e esquecidas tentativas da autoconstrução, as arquiteturas-sem-arquiteto, o vernacular, o kitsch, as construções espontâneas que já foram tema de discussão desde os anos de 1960 a partir dos trabalhos de Bernard Rudofsky , Gillo Dorfles ou Charles Jencks no contexto internacional; ou então das propostas para canteiro de obras de Sérgio Ferro ou mais tarde com Paulo Bicca com *Arquiteto: A máscara e a Face* (1984) e Johan van Lengen com o *Manual do Arquiteto Descalço* (2004) aqui no Brasil, ou ainda o argentino Rodolfo Livingston com sua experiência *Arquitetos da família* (1995), para citar alguns exemplos. Portanto, sugere modos *ad hoc* de pensar e agir frente a uma situação, uma expressão de pura necessidade e para uma finalidade específica.

Charles Jencks e Nathan Silver, em *Adhocism*, já abriram algumas portas nesse sentido. Apresentaram como os diferentes atores do cotidiano, mas também arquitetos, lidam diariamente com algumas manifestações desse agir de instante, essa forma de lidar com situações singulares de forma prática, usando o sistema que estiver disponível para assim resolver o problema imediatamente, ou seja, jogando o jogo dos encontros previsíveis e imprevisíveis que vão se formando no próprio fazer. (JENCKS, C; SILVER, N. 1973).

Pois essas experiências, que poderiam ser vistas como coadjuvantes em um cenário pessimista, ou como uma sub-categoria da arquitetura em algum momento dentro da profissão, retomam sua importância neste ensaio a partir dos diferentes atores da cidade, pois representam, de certa forma, a liberdade de experiências frutíferas do campo do fazer que pretende-se aqui abordar.

Em arquitetura, essa forma de pensar (e principalmente de agir) explora a inquietação e o desejo múltiplo e disforme do fazer, um criar fazendo que coloca em evidência a existência da obra já enquanto vontade. Se acredita aqui nesse desejo como potência, portanto corporal, físico, mas também oculto, invisível, esquecido no pensamento de muitos arquitetos. Acredita-se, ao mesmo tempo, que esse desejo não possui donos ou proprietários, e, portanto, colocamos arquitetos e não-arquitetos no mesmo platô (vendo-os como aliados) num processo onde a contaminação, não deve ser combatida como uma peste, mas sim entendida como propulsora de possibilidades de ação e transformação do espaço no tempo presente. Uma maneira de buscar caminhos mais independentes e livres das determinações e normas impostas pelas políticas públicas ou pelos conselhos de classe.

Pensar ou agir nesses termos pode parecer imoral, mas o ensaio aventura-se por outros caminhos, mais sutis. Busca revelar discursos éticos (outras éticas, vai em direção à alteridade) construídos *ad hoc*, à margem e representadas por outros atores, sendo estes, cúmplices da liberdade e da necessidade de sobrevivência numa cidade quem nem sempre os acolhe. Nesse mesmo contexto, nos damos conta que possuímos acesso a informação, acesso a diferentes tecnologias, a conectividade, ao conhecimento formal e também ao informal (um saber cognitivo, empírico, que vem da experiência) mas que é pouco explorado, e subestimado pelas determinações corporativistas e institucionais. Temos tudo à mão, mas somos obrigados a respeitar ordens burocráticas complicadas para chegar ao

futuro idealizado (e já desatualizado). Assim, somos dependentes de um sistema onde a passagem do tempo é a própria violência. Nesse sentido, a transgressão movida pelo desejo do fazer agora, dos punks, dos anarquistas, dos hippies, do *bricoleur* ou dos diferentes atores do cotidiano com suas arquiteturas “não-oficiais” são entendidos aqui como agentes geradores de uma ruptura do *status quo*, e, portanto, desvios, novos pontos de fuga que abrem-se aos olhos de arquitetos contemporâneos. Pensar na arquitetura a partir da alteridade, da lógica do outro, coloca arquitetos como parte desse corpo social complexo e múltiplo e, ao mesmo tempo, o afasta um pouco do modelo de arquiteto pensador ou idealizador de soluções anacrônicas.

Assim, nos parece claro a necessidade de revisar o papel social de arquiteto na contemporaneidade, pois acreditamos que a profissão possa encontrar-se dentro de um ciclo fechado de pensamento, uma espécie de disputa que nos faz reféns de dois conceitos estruturais: o materialismo (seja ele, econômico, social, natural) e o idealismo (pensamentos, vontades, desejos). Ou seja, nos movemos através das circunstâncias que geram ideias, soluções idealizadas no plano futuro, e assim tentamos responder às demandas com domesticação e controle do espaço. Partindo-se dessa hipótese, acredita-se que essa lógica unívoca poderia ser rompida ou pelo menos questionada, “buscar um desfazer dos polos” como disse Derrida.

Seria importante problematizar a ideia de arquiteto-autor, demiurgo, “deus todo poderoso da criação”, pois é ele quem opera (ou interpreta) as circunstâncias materiais de forma idealista. São arquitetos sedentários, autores dos planejamentos futuros não vividos, mas minuciosamente determinados pelo exercício do pensamento racional que concebe a violência em forma de cidade. É a previsão certa de suas planificações que pretendemos questionar, pois acreditamos que dentro dessa lógica de dois polos, o conceito materialista não leva em conta que as circunstâncias são transformadas pelos diferentes agentes que são partes de uma multiplicidade. Já o conceito de idealismo desconsidera que o próprio autor deve experimentar, não somente idealizar (conceber), para assim poder entender e atualizar sua própria construção teórica ou seus planejamentos futuros.

Pensando nesses termos, vale lembrar do conceito de *práxis revolucionária* que Marx propõe, ou seja, uma atividade teórico-prática que atualiza-se constantemente. Essa *práxis*

é entendida como uma atividade de transformação das circunstâncias que determinam transformações das ideias. Uma forma de tentar evitar a cristalização da teoria, gerando dogmas, ou a cristalização da prática, gerando alienação. (MARX, 2004).

Propõe-se aqui, pensar na profissão a partir de uma *práxis revolucionária* invertida, ou seja, pensar a ética do *faça-você-mesmo* como um ato de manifestação ou transgressão contra as ordens de arquitetos sedentários, pragmáticos e domesticados. Esse ato ético (e de liberdade), ao contrário, propõe arquitetos em movimento, descrentes no futuro prometido pelos planejamentos urbanos e pelas políticas públicas que mais funcionam como condenações teleológicas que devemos simplesmente aceitar.

Pensar em arquitetos em movimento é pensar em arquitetos-feitores (e também aprendizes) mais do que autores. É desloca-los de sua zona de conforto (o escritório ou a sala de aula) para um território de conflito, construído e também de construção de seus próprios atos, para o ambiente urbano. É ir de encontro ao fazer como gesto de transformação e experimentação do tempo presente. E, portanto, enfrentar suas próprias contradições e verdades num exercício prático-teórico (em vez do teórico-prático). Pensar a partir destes termos é fazer o caminho inverso. É desconstruir a linearidade temporal estabelecida pela lógica projeto-obra, buscando identificar a substância-devir da cidade. É uma construção a partir do que temos à mão, que usa o cotidiano como figura, não mais como um simples fundo. É aumentar a quantidade de dobras, multiplicar a complexidade e também diminuir a certeza. É agir taticamente, gastando o mínimo de energia para gerar o máximo de potência, atuando como agente ativo no campo da micropolítica, infiltrando-se nas brechas de um sistema aparentemente estável e consolidado e aproveitando-se de suas falhas para agir neste instante, já.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Aracy A. Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970 – São Paulo: Studio Nobel, 2003.

BLOCH, Ernst. O princípio da esperança. SCHNEIDER, Nélío. [Trad.]. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A.C. Caracas, Venezuela, es la ciudad más violenta del mundo. Cidade do México, México, 2015.
Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/download/6-prensa/230-caracas-venezuela-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo> acessado em 30/06/2016>

DERRIDA, Jacques. A Escritura e a Diferença. - São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

DERRIDA, Jacques. Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional. – Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. Paixões. - São Paulo: Papyrus, 1995.

FUÃO, Fernando Freitas. “As formas do acolhimento na arquitetura.” In: Solis, Dirce Eleonora; Fuão, Fernando Freitas (Org.). Derrida e Arquitetura. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. - São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LÉVI-TRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

JENCKS, Charles; SILVER, Nathan. Adhocism. The case for Improvisation. New York: Anchor Press, 1973.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: Grundrisse 1857-1858. 16. ed. Coyoacán: Siglo XXI, 1989a. Vol. 1.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Jesus J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIES VAN DER ROHE, Ludwig. Material zur Elementaren Gestaltung, Berlim, n. 1, jul. 1923, p. 3. Fonte: RAMOS, Fernando Guillermo Vázquez. Mies van der Rohe define Arquitetura: aforismo, 1923. Uma tradução e reflexões sobre os significados do preceito.

SENNETT, Richard. O artífice. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VAN LENGEN, Johan. Manual do Arquiteto Descalço. Jandira, SP: B4 Editores, 2014.

ZIZEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.